

Nota de imprensa



MMEAP admite “alguma evolução” no subsídio de risco, penosidade e insalubridade

Teletrabalho: vantagens e desvantagens

A **FESAP** reuniu esta segunda-feira, 8 de junho, com a Ministra da Modernização do Estado e da Administração Pública (MMEAP), Alexandra Leitão, e com o Secretário de Estado da Administração Pública, José Couto, num encontro que ocorreu após mais de três meses e meio sem ter havido da parte do Executivo qualquer preocupação em sequer respeitar o direito à informação que abrange os sindicatos em todas as matérias que dizem respeito aos trabalhadores que representam.

Apesar de tudo, a **FESAP** congratula-se pelo facto de, ao contrário do que inicialmente estava previsto, esta reunião ter-se realizado ao mais alto nível, tendo a Ministra assumido o compromisso de enviar os dados relativos ao teletrabalho na Administração Pública e outras informações relevantes, em conjunto com a convocatória da reunião que se realizará no final de junho.

Neste encontro, a MMEAP reconheceu a forma muito positiva como os trabalhadores da Administração Pública responderam, e continuam a responder, aos desafios apresentados pela necessidade de combater a epidemia de SARS-CoV-2, sendo que a **FESAP, não obstante partilhar da mesma opinião, considera que, para além das palmas, homenagens e agradecimentos, é essencial que esse reconhecimento se traduza em ganhos efetivos para os trabalhadores, nomeadamente através da valorização das carreiras e dos rendimentos, bem como na negação absoluta de quaisquer políticas austeras como caminho para o relançamento da economia.**

No que respeita à valorização salarial, a **FESAP** considera que o momento certo para abrir essa discussão é no âmbito da elaboração do Orçamento do Estado para 2021, no decurso do processo de negociação geral anual para a Administração Pública.

A **FESAP** deu ainda boa nota da rapidez com que o Governo legislou no sentido de conceder aos trabalhadores do regime de proteção social convergente os mesmos direitos dos trabalhadores do regime geral da Segurança Social no que respeita à assistência a filhos menores de 12 anos, evitando injustiças.

Relativamente a um problema que tem particular impacto na Administração Local, a **FESAP instou o Governo a rapidamente clarificar quais os procedimentos a tomar face aos trabalhadores que, tendo sido forçados a ficar em casa sem trabalhar por força da necessidade de confinamento generalizado para a população, foram injustamente privados dos subsídios de alimentação e de turno, uma vez que essa necessidade não pressuponha perdas de rendimento.** A resolução célere destes casos evitará muitos processos em tribunal.

A **FESAP** questionou ainda Alexandra Leitão se é também aplicável à generalidade da Administração Pública a medida que prevê o pagamento, em setembro, de um abono de família extraordinário às famílias dos 1º, 2º e 3º escalões da Segurança Social para ajudá-las a enfrentar o acréscimo de despesas que resultam do início do ano escolar, **tendo entretanto já obtido resposta positiva por parte da MMEAP.**

Nesta reunião com a **FESAP**, a Ministra informou que estabeleceu como prioridades a revisão do SIADAP e a alteração e regulamentação do teletrabalho na Administração Pública (previsto na Lei e no Acordo Coletivo de Carreiras Gerais desde 2009), **de modo a chegar ao final da legislatura com um mínimo de 17 mil trabalhadores sob este regime laboral.**

A **FESAP**, referindo a sua total disponibilidade para negociar essas matérias, **frisou que deve também constar na agenda da reunião a manter no final de junho, a discussão da possibilidade de se proceder à regulamentação do subsídio de risco, penosidade e insalubridade para todos os trabalhadores dos serviços em que se considere justificável a atribuição dessa compensação remuneratória, à semelhança do que foi já feito por vários países da União Europeia nos quais, tal como no nosso país, o combate à Covid-19 veio evidenciar que existe um grande número de trabalhadores na Administração Pública cujas funções se desenvolvem em condições particularmente difíceis.**

(Vire sff →)

Nota de imprensa



Sobre o teletrabalho na Administração Pública, a **FESAP** considerou que estamos perante uma situação complexa que **deve prever e salvaguardar uma série de direitos e deveres dos trabalhadores, nomeadamente o esforço de conciliação entre a vida profissional e pessoal; a consagração do “direito a desligar”; o estabelecimento da periodicidade da comparência no local de trabalho original; o direito à privacidade; defender a saúde e proteger os trabalhadores dos eventuais danos causados pelo teletrabalho; garantir os meios indispensáveis à prestação de serviço em regime de teletrabalho e compensar os trabalhadores pelo eventual acréscimo de custos que lhes pode estar associado; impedir a eventual desregulamentação do tempo de trabalho que pode advir da adoção do teletrabalho; garantir a formação e a atualização das ferramentas digitais de tal modo que fiquem asseguradas a segurança e a proteção dos dados pessoais dos trabalhadores.**

Nesta ronda negocial, a **FESAP** referiu também a **necessidade de se resolver o problema dos trabalhadores do setor da saúde em regime de contrato individual de trabalho (CIT), defendendo a adoção do vínculo único como forma de fazer justiça, dotando estes profissionais do direito à carreira e de nela progredirem, tendo já solicitado reunião com a Ministra da Saúde para abordagem desta e de outra matérias importantes para este setor.**

Por outro lado, e ainda relativamente aos CIT, a **FESAP instou a Ministra a envidar esforços no sentido de rapidamente ser permitido a esses trabalhadores a admissão na ADSE**, uma vez que essa medida contribuiria, não só para equiparar os direitos de trabalhadores que desempenham as mesmas funções nos mesmos locais de trabalho, mas também para aliviar a pressão sobre o Serviço Nacional de Saúde, deixando-o mais liberto para lidar com a atual vaga pandémica e preparado para uma eventual segunda vaga de propagação da doença.

A **FESAP apelou também ao Governo para que proceda à correção da injustiça fiscal de que estão a ser alvo os assistentes técnicos e os assistentes operacionais a quem foi aplicado retroativamente 4,2% de IRS aos quatro últimos salários, acrescidos de 10 euros (referentes ao aumento remuneratório), sendo-lhes por isso retirados 29 euros em descontos e que proceda à alteração dos escalões de IRS dos técnicos superiores e de muitos trabalhadores inseridos em carreiras especiais que mudaram de escalão de IRS devido aos insignificantes aumentos com que foram contemplados, e que passaram a auferir salários líquidos inferiores aos que auferiam em 2019, deixando uma sensação clara de que foi “dado com uma mão e retirado com a outra”.**

Manifestando a intenção de manter uma política de combate à precariedade na Administração Pública, a MMEAP referiu que pretende rapidamente concluir o PREVPAP num despacho único, tendo a **FESAP salientado a necessidade de resolver as situações dos trabalhadores precários da RTP, do Ensino Superior, dos formadores do IIEFP, entre outros.**

Relativamente aos milhares de trabalhadores precários que, não estando já abrangidos pelo PREVPAP, foram entretanto contratados pelos mais diversos serviços (com particular relevância nas escolas), a **FESAP exige que a esses seja permitido celebrar contratos de trabalho permanentes, em moldes semelhantes aos anunciados pela Ministra da Saúde face aos 2700 precários contratados pelo seu Ministério para melhor responder à crise pandémica que atravessamos, uma vez que, tal como estes, também os trabalhadores acima mencionados satisfazem necessidades permanentes dos serviços.**

No que toca ao anúncio de que será adotada uma nova regra para as admissões de trabalhadores na AP, segundo a qual por cada trabalhador que saia será admitido outro, a **FESAP considera que, na prática, este tipo de regras, se adotadas de forma cega e sem que seja feito um levantamento rigoroso das necessidades permanentes dos serviços, poderá não ser mais do que uma forma de congelar as admissões.**

Ainda sobre as entradas de novos trabalhadores, com o objetivo de rejuvenescer e capacitar a Administração Pública, a Ministra informou que estará em fase de avaliação psicológica o concurso para o ingresso de 1000 técnicos superiores, não existindo ainda data prevista para a respetiva conclusão.

Finalmente, a **FESAP referiu que tem de ser resolvido o problema dos inspetores da ACT que foram requisitados até 30 de julho a outros serviços das inspeções do Estado e aos quais, incompreensivelmente, não está a ser atribuído o devido suplemento inspetivo.**

Lisboa, 9 de junho de 2020